

# **RELATÓRIO ANUAL**

*Lei de Acesso à Informação*



PREFEITURA DE  
**GUARULHOS**



## **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Departamento de Transparência e  
Promoção da Integridade**

**Controlador Geral do Município**  
JOÃO BRUNO MORATO DE MACEDO

**Controlador Adjunto**  
IGOR SAID MOURAD NADDI

**Diretor do Departamento de Transparência  
e Promoção da Integridade**  
EDSON FERREIRA VALE

**Elaboração e revisão**

**Assessor de Coordenadoria e Secretaria**  
RENATO CORTE LOPES

**Divisão Administrativa**  
TIAGO KROITOR PEREIRA

**Seção Administrativa**  
CARLOS ALBERTO DA CONCEIÇÃO

**Arte capa**  
SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

## Lista de siglas e abreviaturas

AUDESP	Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos
CAI	Comissão de Acesso à Informação
CG	Chefia de Gabinete
CGM	Controladoria Geral do Município
CGU	Controladoria Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMPDEC	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CPDC	Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DAL	Departamento de Assuntos Legislativos
DCI	Departamento de Controle Interno
DTPI	Departamento de Transparência e Promoção da Integridade
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ENCCLA	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
FSS	Fundo Social de Solidariedade
LAI	Lei de Acesso à Informação
OGP	Open Government Partnership
REPAC	Rede Paulista de Controladorias Municipais
SASP	Secretaria para Assuntos de Segurança Pública
SC	Secretaria de Cultura
SDAS	Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social
SDCETI	Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e de Inovação
SDH	Secretaria de Direitos Humanos

SDHSAI	Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão
SDHSIR	Subsecretaria da Igualdade Racial
SDHSJ	Subsecretaria da Juventude
SDHSPM	Subsecretaria de Políticas para as Mulheres
SDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SE	Secretaria de Educação
SEL	Secretaria de Esporte e Lazer
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SF	Secretaria da Fazenda
SGE	Secretaria de Gestão
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SGMSC	Subsecretaria de Comunicação
SH	Secretaria de Habitação
SJ	Secretaria de Justiça
SMTU	Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana
SO	Secretaria de Obras
SR	Secretaria do Trabalho
SS	Secretaria da Saúde
SSP	Secretaria de Serviços Públicos
TCE-SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## Sumário

Apresentação	7
Introdução	11
1. Transparência Ativa	14
2. Transparência Passiva	18
2.1. Pedidos por Órgão	21
2.2. Perfil de usuário do SIC	24
2.2.1. Pedidos por personalidade jurídica de solicitantes	24
2.2.2. Pedidos por gêneros dos solicitantes	25
2.2.3. Pedidos por escolaridade dos solicitantes	26
2.2.4. Pedidos por cruzamento do perfil dos solicitantes - Escolaridade e gênero	27
2.3. Estatísticas do e-SIC no ano de 2012	28
2.4. Estatísticas do e-SIC no ano de 2013	31
2.5. Estatísticas do e-SIC no ano de 2014	34
2.6. Estatísticas do e-SIC no ano de 2015	36
2.7. Estatísticas do e-SIC no ano de 2016	39
2.8. Estatísticas do e-SIC no ano de 2017	42
2.9. Estatísticas do e-SIC no ano de 2018	45
2.10. Estatísticas do e-SIC no ano de 2019	48
3. Informações Classificadas e Desclassificadas	51
4. Comissão de Acesso à Informação - CAI	52
5. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação	53
6. Capacitações, Debates Realizados e Participação em Eventos	56

7.	Observações Finais	59
8.	Referências	61

## Apresentação

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à informação adquiriu reconhecimento internacional como direito fundamental, pois encontra-se relacionado com outros direitos, em especial à opinião, à liberdade de expressão e ao controle social.

Nos últimos anos, com o desenvolvimento de novas tecnologias e a ampliação do conhecimento pela sociedade, os debates na área da transparência governamental foram impulsionados com o incremento das ferramentas tecnológicas, de forma a encurtar a distância entre a sociedade e o poder público.

A temática da transparência no âmbito governamental ainda é vasta, o que torna complexo calcular seus benefícios, entre estes a prevenção no combate à corrupção, o estímulo à participação social e aos debates públicos, que permitem fortalecer a gestão pública e a democracia na busca e aplicação de direitos dos cidadãos.

Nesse sentido, o direito à informação é presente e reconhecido nas Constituições de governos democráticos ao redor mundo e, na Constituição da República Federativa do Brasil, Magna Carta de 1988, este reconhecimento decorre da análise dos direitos e deveres previstos em seu texto, especialmente para o presente caso com relação à liberdade de expressão e opinião (art. 220), tendo de outro lado, o dever do Estado para cumprir com a publicidade destacada nos princípios da administração pública (art. 37).

No entanto, ainda seria fundamental a criação de Lei em âmbito nacional com procedimentos mínimos de garantia do direito de acesso à informação, de forma a possibilitar o desenvolvimento de mecanismos que permitissem dar maior alcance de aplicação ao dispositivo constitucional e maior clareza para tornar a transparência governamental uma realidade.

Nesse cenário, o Brasil conseguiu ter sua Lei de Acesso à Informação em 18 de novembro de 2011. A Lei nº 12.527 de 2011 - mais conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI, regulamenta os dispositivos constitucionais que versam sobre o



acesso às informações referentes aos atos do Estado e aos direitos dos cidadãos.

Em vigência desde 16 de maio de 2012, a LAI é aplicável nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como em todas as suas esferas de governo, seja Federal, Estadual, Municipal ou Distrital.

Em breve síntese, a Lei 12.527/2012 dispõe sobre a transparência como regra, enquanto o sigilo das informações deve ser tratado como exceção. Portanto, no sentido de tornar concreta a disposição legal de que a abertura da informação é a regra, o texto da LAI criou mecanismos de transparência pública proativa de informações, sem a necessidade de solicitação por quem a demanda, mais conhecida como “transparência ativa”. Também, instituiu procedimentos para que o Estado possa receber e proceder com a análise dos pedidos de informação, quando não disponíveis de forma ativa, mais conhecido por “transparência passiva”.

A LAI também trouxe a terminologia de “informação sigilosa” e a classificação dos seus tipos em reservada, secreta e ultrassecreta. Ainda, estabelece procedimentos para dar transparência ao processo de classificação de informações e, quando existente, da lista de informações classificadas.

Em 2012, com a vigência da LAI, foi definido no âmbito do Poder Executivo Municipal de Guarulhos que a Secretaria de Governo Municipal - SGM seria a responsável pela implementação da Lei de Acesso à Informação. Como citado anteriormente, dentre os procedimentos e mecanismos previstos na LAI estava a obrigatoriedade de estabelecer um canal para que os cidadãos pudessem solicitar informações públicas, denominados de SIC (Serviço de Informações ao Cidadão), bem como surgiu a necessidade de disponibilizar informações de forma proativa.

Em 2013, a Prefeitura de Guarulhos publicou o Decreto nº 31.348 de 31 de outubro, que regulamenta a LAI no âmbito do Poder Executivo Municipal de Guarulhos e estabelece procedimentos e outras providências correlatas para garantia do direito de acesso à informação.

Com a Administração Municipal atual iniciada em janeiro de 2017, essa normativa municipal passou por revisão e teve as garantias ao Direito à Informação ampliadas em

consonância com a Lei de Acesso à Informação, sendo então revogado o dispositivo anterior pelo Decreto nº 36.140 de 15 de agosto de 2019 (republicado em 21 de agosto de 2019).

Para o atendimento aos requisitos da LAI na Prefeitura de Guarulhos, houve a necessidade de desenvolver o Portal da Transparência (transparência ativa) e o sistema e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (transparência passiva).

O Portal da Transparência visa dar cumprimento às informações mínimas que devem estar disponíveis proativamente com previsão nas legislações que tratam da transparência e do direito à informação, além de outras informações que sejam públicas de interesse comum e não necessariamente sejam exigidas por lei, podendo seguir as boas práticas recomendadas por organismos de transparência e demais órgãos públicos.

O e-SIC é a ferramenta online que recebe e controla a distribuição dos pedidos de acesso à informação para os respectivos órgãos municipais competentes a prestar as informações, de forma a permitir inclusive o monitoramento para efeito de cumprimento da LAI e do Decreto que a regulamenta no município.

Com a vigência da Lei nº 7.550 de 19 de abril de 2017, foi criada a Controladoria Geral do Município que possui dentre as suas atribuições o dever de promover a transparência dos atos administrativos e a integridade, atividade executada pelo seu Departamento de Transparência e Promoção da Integridade.

A Controladoria Geral do Município é o órgão responsável pelo controle dos órgãos municipais e das entidades da administração indireta, além de dar suporte ao Prefeito no combate à corrupção por meio das atividades de controle interno e da promoção da integridade na efetivação dos princípios que regem a administração pública.

Os princípios da moralidade, da ética e da publicidade, decorrem da aplicabilidade prática das atribuições da Controladoria, em especial quanto às atividades de auditoria, ouvidoria e promoção da integridade no setor público, no incentivo à participação social

na gestão municipal, fortalecimento da gestão, transparência governamental e na defesa do usuário do serviço público municipal.

No que toca à Transparência Pública, a Controladoria é responsável pelo monitoramento da Lei de Acesso à Informação, conforme disposto pelo Decreto Municipal nº 36.140/2019, além de promover treinamentos aos agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na Administração Pública.

A Controladoria Geral do Município - CGM compreende que o acesso às informações públicas traz benefícios para a gestão pública e para a sociedade. A CGM atua na preservação da transparência pública e dos atos governamentais que atendam aos anseios da sociedade em conformidade com a Constituição Federal.

Guarulhos, 30 de julho de 2020.

**JOÃO BRUNO MORATO MACEDO**  
**Controlador Geral do Município**

## Introdução

O presente relatório é fundamentado pelo artigo 30 da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que disciplina a publicação anual de informações públicas a respeito da transparência e determina a divulgação de relatórios estatísticos, além da classificação de informações sobre documentos sigilosos.

Em cumprimento ao inciso III do art. 30 da Lei Federal nº 12.527/2011 e ao inciso III do art. 49 do Decreto Municipal nº 36.140/2019, que a regulamenta no Município de Guarulhos, este relatório compila informações gerais e dados estatísticos relacionados ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), bem como traz informações sobre atividades relacionadas à promoção da transparência no município e perfil dos usuários do Sistema e-SIC, entre 23 de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2019.

A partir de janeiro de 2012, a implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo da cidade de Guarulhos passou a ser uma das atribuições da Secretaria de Governo Municipal.

Em 31 de outubro de 2013, a LAI foi regulamentada no município pelo Decreto nº 31.348/2013.

Em 19 de abril de 2017, com o advento da Lei Municipal nº 7.550/2017, foi criada Controladoria Geral do Município - CGM, sendo esta responsável pela aplicação da LAI no âmbito de atuação do Poder Executivo Municipal.

Desde então, com maior ênfase de atuação em 2019, houve a revisão do decreto regulamentador da LAI sob o nº 36.140 de 15 de agosto de 2019 (republicado em 21 de agosto de 2019), sendo que no mesmo ano foram realizados cursos pelo Departamento de Transparência e Promoção da Integridade - DTPI, que também participou em ações com os seguintes órgãos: Controladoria Geral da União - CGU (Programa PACTO), Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA) e da

Rede Paulista de Controladorias - REPAC (reuniões).

Os números dos pedidos do e-SIC são bem empolgantes e mostram que a sociedade está interessada em obter informações sobre os atos praticados pela Administração Pública Municipal. Se em 2012, houve um total de 51 solicitações, em 2013 essa quantidade subiu para cerca de 172 solicitações, sendo um sinal de que o cidadão guarulhense passou a entender a importância da utilização da ferramenta do Serviço de Informações ao Cidadão.

No entanto, a transparência é reconhecida como arma fundamental no combate à corrupção e, nesse sentido, é necessário que existam meios para que esses números possam evoluir de modo que seja reforçado o relacionamento entre a sociedade e o Estado, maior participação da sociedade nas decisões do Poder Público que a ela refletirá, bem como fortalecer a democracia.

Entre as ações de promoção da transparência no ano de 2019, constam eventos sobre a Lei de Acesso à Informação, Governo Aberto e Controle Social. Tais atividades atingiram tanto municípios quanto servidores públicos municipais.

Também, a transparência ativa contou com a disponibilização de 29 publicações na seção de Dados Abertos do Portal da Transparência, que passou a disponibilizar em 2019 os honorários sucumbenciais recebidos pelos procuradores municipais.

A partir da implementação da LAI no município de Guarulhos, houve tendência de crescimento do registro de pedidos de acesso com base na Lei de Acesso à Informação até 2014, sendo que nos anos de 2015 e 2016 ocorreram quedas, quando nos anos posteriores de 2016 a 2019 o crescimento retomou em tendência.

De 2012 para 2014 foram registrados 501 pedidos de informação, contra a queda registrada em 2015 e 2016 de 300 pedidos de acesso à informação, ocorrendo a retomada da tendência do crescimento em 2017 a 2019 para 900 pedidos de informação, totalizando 1.701 pedidos de informação no período de 2012 a 2019.

Os pedidos de informação registrados como “deferidos” tiveram um crescimento, indo do total de 46 pedidos de informação no ano de 2012 para 340 pedidos de

informação deferidos exclusivamente no ano de 2019.

Para a primeira instância recursal, foram registrados 5 pedidos entre os anos de 2016 e 2018. Para a segunda instância recursal, foi registrado 1 pedido no ano de 2016 e por fim, para a terceira instância, foi registrado apenas 1 pedido em 2017.

É importante destacar que a terceira instância recursal, última instância administrativa da Prefeitura de Guarulhos, só foi instituída no ano de 2019 através do Decreto 36.140/2019 e seu posterior regimento. Trata-se de uma indicação positiva o baixo número, que leva à compreensão da existência de resolução efetiva dos pedidos de informação junto à fase inicial.

Também, em 2019, promoveu-se a descentralização no acolhimento dos pedidos de acesso à informação na modalidade presencial, com a vigência do Decreto 36.140 de 2019 e o atendimento nas unidades do Fácil da Prefeitura de Guarulhos. Tais unidades são responsáveis pelo recebimento dos pedidos apresentados presencialmente, expandindo a inclusão social dos cidadãos nos territórios municipais que não conseguem acessar o sistema e-SIC diretamente por meio de ferramentas tecnológicas.

A transparência ativa, também no ano de 2019, contou com importantes avanços. A Controladoria Geral do Município - CGM por meio do Departamento de Transparência e Promoção da Integridade - DTPI, em parceria com a Secretaria de Gestão e seu Departamento de Informática e Telecomunicações - DIT, passou a disponibilizar no Portal de Transparência o módulo das entidades do Terceiro Setor, aprimorando e qualificando a transparência dos gastos públicos.

Por fim, demonstrando seu compromisso com a disseminação do conhecimento sobre transparência pública e promoção do controle social, a Controladoria promoveu, em 2019, 3 (três) atividades formativas para servidores públicos e membros da sociedade civil. Além disso, a Controladoria participou do 3º Encontro Brasileiro de Governo Aberto e do programa PACTO com a Controladoria Geral da União, ambos em 2018, e da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA em 2019.

# 1. Transparência Ativa

Com o objetivo de cumprir com as obrigações legais de transparência pública elencada nas legislações que tratam do tema, em especial à Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e à Lei de Acesso à Informação nº 12527/2012, e oferecer um repositório de dados públicos que seja confiável no âmbito do Poder Executivo Municipal de Guarulhos, o Departamento de Transparência e Promoção da Integridade - DTPI atua para manter atualizado o Portal da Transparência e suas funcionalidades, dentre elas, a seção de Dados Abertos e dados do e-SIC, bem como o gerenciamento das páginas e monitoramento das atualizações dos dados disponibilizados.

O Portal da Transparência reúne diversas informações provenientes de dados públicos fornecidas por suas unidades, dentre essas informações temos as receitas e despesas da Prefeitura de Guarulhos, dados da folha de remuneração dos seus funcionários, licitações, contratos, convênios, estatísticas do e-SIC, entre outras. O Portal da Transparência pode ser acessado pelo link: <<http://portaltransparencia.guarulhos.sp.gov.br/>>

No bloco da Execução Orçamentária é possível consultar as informações das receitas e despesas da Prefeitura de Guarulhos, multas de trânsito, restos a pagar, peças de planejamento e demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, o Portal da Transparência conta com a Seção de Convênios e também o bloco do Terceiro Setor, onde este traz as informações sobre as entidades contratadas na Prefeitura de Guarulhos.

Ainda, na Seção Saldos Bancários é possível escolher a data e visualizar o saldo da Prefeitura de Guarulhos, bem como na sequência de blocos do Portal é possível obter informações sobre as licitações realizadas pela Administração Pública Municipal Direta e consultar os contratos realizados.

De outro modo, é importante ressaltar que em 2019 ocorreu a disponibilização dos honorários sucumbenciais recebidos pelos procuradores municipais no Portal da

Transparência na área de funcionalismo. Esses valores recebidos referem-se aos serviços prestados nas causas municipais em que a Prefeitura obteve êxito e foram disponibilizados seguindo as boas práticas do Governo Federal.

O Portal da Transparência também traz um bloco com uma ferramenta para consulta aos dados abertos, que é uma seção onde estão organizados os dados gerais produzidos pela Administração Pública Municipal, preferencialmente em formato aberto ou conforme extraídos originariamente de sua fonte. A ideia é que a sociedade possa ter acesso a dados que permitam a sua reutilização e a retroalimentação para a Administração Pública, de forma a fortalecer a democracia e a gestão de informações que geram decisões em conjunto com os anseios da sociedade guarulhense. Ele pode ser acessado pelo seguinte link: <<http://dados.prefeitura.sp.gov.br/>>.

Destaca-se que, a seção de Dados Abertos é composta por arquivos com dados e informações produzidas pelas respectivas Unidades da Prefeitura de Guarulhos e são disponibilizadas em compromisso com a relevância que essas informações possuem para a sociedade.

A primeira alimentação ocorreu em 2016 e do total de 30 unidades cadastradas tem-se informação de 4 unidades em um total de 29 publicações, sendo que em 2016 constam 5 publicações da Assistência e Desenvolvimento Social, 1 publicação da Administração e Modernização Pública e 2 da Secretaria de Governo.

Em 2018, foram 19 publicações da Secretaria de Educação e em 2019 foram mais 2 publicações da Secretaria de Governo, conforme pode ser observado abaixo:

Secretaria	Programa	Nome	Data de publicação
Desenvolvimento e Assistência Social	Bolsa família	abril/16	22/09/2016
Desenvolvimento e Assistência Social	Bolsa família	abril/15	22/09/2016
Desenvolvimento e Assistência Social	Renda cidadã	abril/15	22/09/2016



Secretaria	Programa	Nome	Data de publicação
Desenvolvimento e Assistência Social	Cartão amigo do idoso	abril/15	22/09/2016
Desenvolvimento e Assistência Social	Cartão alimentação	abril/15	22/09/2016
Administração e Modernização Pública	Voluntários	arquivos subidos	18/10/2016
Governo	Despesas com Viagens	Despesas 2016	18/10/2016
Governo	Despesas com Viagens	Despesas 2015	27/10/2016
Educação	Termos de Colaboração	Associação Alfredo Caria de Carvalho	31/01/2018
Educação	Termos de Colaboração	Termo de Colaboração ABAN	31/01/2018
Educação	Termos de Colaboração	Termo de Parceria - AACC	31/01/2018
Educação	Termos de Colaboração	Termo de Colaboração ABAN	31/01/2018
Educação	Termos de Colaboração	Associação Beneficente de Apoio ao Necessitado	31/01/2018
Educação	Termos de Colaboração	Aliança Brasileira Pela Inclusão Social	31/01/2018
Educação	Termos de Colaboração	Termo de Colaboração ABAN	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Casa Amor ao Próximo	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Associação Alfredo Caria de Carvalho	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guarulhos	31/01/2018

Secretaria	Programa	Nome	Data de publicação
Educação	Planos de Trabalho	Associação Bárbara Cristina Sá	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Associação Cultural Biquinha-Cabuçu	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Assistência Universal Bom Pastor	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Associação Cultural e Ambiental Chico Mendes	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Associação Sociedade Família Cristã	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Núcleo Social do Parque São Miguel Girassol	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Associação Jardim Irmã Eleonora	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Núcleo Assistencial Anália Franco	31/01/2018
Educação	Planos de Trabalho	Associação Cultural e Educacional Jardim Palmira	31/01/2018
Governo	Convênios e financiamentos	Convênios e Financiamentos - 2018	08/01/2019
Governo	Convênios e financiamentos	Convênios e Financiamentos - 2017	08/01/2019

Tabela 1 | Fonte: Portal da Transparência de Guarulhos

No entanto, mesmo com os esforços empreendidos para a disponibilização proativa de dados públicos, é necessário ter um canal ao qual as informações ainda não disponíveis ou que necessitem de esclarecimentos e detalhes possam ser

requeridas, para isso a LAI trouxe a transparência passiva que foi implementada em Guarulhos com a utilização do Serviço de Informações ao Cidadão e está disponível por meio de acesso ao sistema e-SIC, permitindo que seja realizado o pedido de acesso à informação e o acompanhamento das solicitações por seus respectivos requerentes.

Dando sequência à iniciativa de divulgação de informações públicas, é nesta seção que ocorre também a divulgação dos relatórios do e-SIC, conforme os números da transparência passiva que serão demonstrados adiante neste relatório.

## 2. Transparência Passiva

Como já citado anteriormente, a transparência passiva é composta pelo Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, possuindo previsão legal em âmbito nacional e na esfera deste Poder Executivo Municipal.

O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC decorre do disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e no Decreto Municipal nº 36.140/2019 que a regulamenta, respectivamente em seus arts. 10 e 12, bem como a apresentação das estatísticas a seguir, que estão fundamentadas no inciso III do art. 30 da LAI.

Em maio de 2012, o sistema e-SIC do Poder Executivo de Guarulhos começou a receber pedidos de acesso à informação, sendo que até o final do ano foram considerados registrados 51 protocolos (pedidos de informação). Desse total 46 foram deferidos o que representa 90,2 % aproximadamente.

No entanto, foram encontradas inconsistências na base do sistema e-SIC em relação à quantidade de pedidos registrados com datas de 2012 anteriores à vigência da LAI, visto que as datas registradas desses protocolos não conferem com a ordem do número dos seus respectivos protocolos e, quando realizada a análise qualitativa desses pedidos, chega-se à indicação que seriam de outros anos, sendo encontrados 24 registros inconsistentes que foram considerados para o ano de 2012, no intuito de manter os dados da base original para todos os efeitos deste relatório.

Observa-se que, os registros inconsistentes não refletem em número expressivo, representando apenas 0,01% em relação ao total de 1.701 registros existentes no período compreendido entre os anos de 2012 a 2019.

Também, é necessário esclarecer que o novo Decreto de 2019 que regulamentou a LAI trouxe a possibilidade do atendimento presencial e por carta, conforme os parágrafos 1º e 4º do art. 14, um grande avanço para o acesso às informações por meio de inclusão das pessoas com essas necessidades. Sendo que não se tem registros de pedidos nessas situações desde o atual Decreto até o final do ano de 2019.

Cabe lembrar que os parágrafos do art. 12 do Decreto nº 36.140/19 dispõem da responsabilidade das Unidades do Fácil no atendimento aos pedidos presenciais, sendo que até o final de 2019, as unidades do Fácil passaram a estar presente em 10 (dez) regiões: Fácil Bom Clima, Fácil Marcos Freire / Jurema, Fácil Presidente Dutra, Fácil Taboão, Fácil São João, Fácil Vila Galvão, Fácil Cumbica, Fácil Empresarial, Fácil Unidade Móvel e Fácil Transporte e Trânsito.

Em relação ao ano de 2019, podemos observar o total de 343 protocolos registrados, sendo 340 deferidos, ou seja, mesmo o sistema tendo recebido registros só a partir de maio de 2012, de acordo com a LAI, nota-se o expressivo aumento proporcional no ano completo de 2019, em análise da média mensal comparando 2012 com relação a 2019, sendo aproximadamente 6 protocolos em média registrados por mês em 2012 comparado aos 29 registros na média mensal para o ano de 2019.

Para o entendimento deste relatório é importante compreender o significado de alguns termos, dentre eles, o termo “deferido”, que é o pedido respondido pelo órgão e o termo “indeferido”, que é quando a informação não é fornecida. Nota-se que em ambos os casos a resposta ocorre, porém na primeira situação a resposta é fornecida dentro dos parâmetros legais do que é solicitado e, no segundo caso, o pedido é respondido ocorre, mas sem o fornecimento dos dados ou informações como solicitado.

Ainda, é importante entender que o pedido pode ter o prazo prorrogado. Essa hipótese ocorre quando o órgão necessita de mais tempo, além dos 20 (vinte) dias iniciais, para providenciar a resposta apropriada ao pedido de informação, sendo que os

10 (dez) dias adicionais precisam de justificativa.

Quanto aos “recursos”, considera-se “recurso indeferido” quando o órgão responde com negativa a solicitação do munícipe, já o “recurso deferido” ocorre quando o órgão aceita os termos da nova manifestação do munícipe requerente no mesmo protocolo, por exemplo, os casos em que as informações prestadas incompletas pelo munícipe.

Conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Transparência e Promoção da Integridade, seguem as tabelas e gráficos com dados do sistema e-SIC no período entre maio de 2012 e dezembro de 2019 referente aos protocolos registrados e informações genéricas dos solicitantes, sendo que nesse período foi constatado o número de 1.701 pedidos de acesso à informação por meio do e-SIC municipal, onde 1.621 foram deferidos em suas análises.

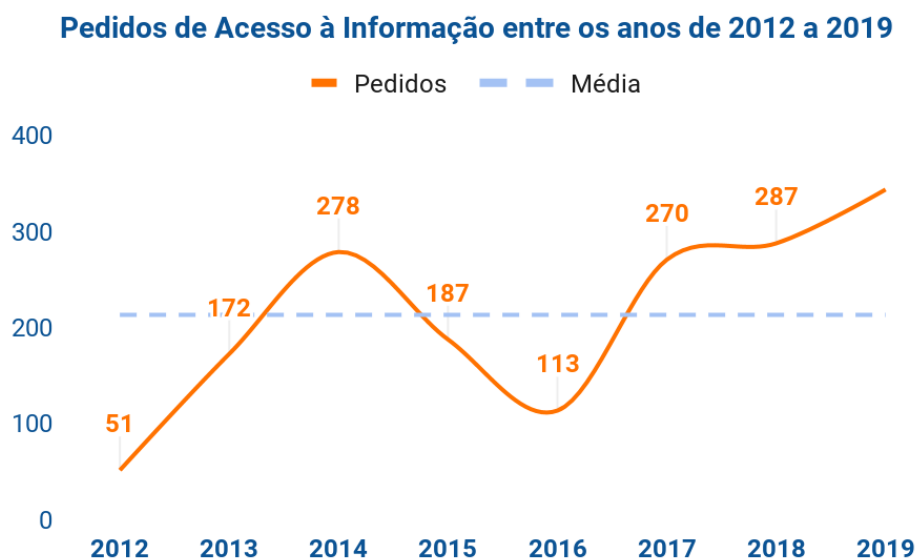


Gráfico 1 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Ademais, no período de 2012 a 2019, 5 solicitações foram levadas à primeira instância recursal, sendo 4 pedidos para complemento de informações e 1 para questionamento da resposta fornecida, para a segunda instância recursal foi aberto apenas 1 solicitação com questionamento da resposta fornecida e para a terceira

instância recursal também foi aberto apenas 1 solicitação com questionamento da resposta fornecida. Considerando esta última, é importante ressaltar que a terceira instância foi instituída apenas com o Decreto 36.140 de 15 de agosto de 2019, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação e institui a Comissão de Acesso à Informação - CAI, integrada pelos titulares da Secretaria de Governo. Abaixo temos a quantidade de pedidos de informação que tiveram acionamento de recursos, seja para complemento de informações ou questionamento da resposta por ordem de ano.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
2012	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0
2016	2	0	0	1	0	0	3
2017	1	0	0	0	0	1	2
2018	1	1	0	0	0	0	2
2019	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>

Tabela 2 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## 2.1. Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se

refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal por ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por ano. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>CG</b>	1	0	0	1	3	0	7	1
<b>CGM</b>	0	0	0	0	0	8	11	7
<b>COMPDEC</b>	0	1	1	2	1	2	2	4
<b>DAL</b>	0	1	0	0	0	3	0	1
<b>FSS</b>	0	0	0	0	0	1	0	0
<b>SASP</b>	1	0	4	3	2	3	3	15
<b>SC</b>	0	3	1	2	0	3	0	2
<b>SDAS</b>	0	2	0	4	0	1	3	1
<b>SDCETI</b>	0	4	0	1	0	13	3	0
<b>SDCETI <sup>1</sup></b>	0	2	0	1	0	6	0	0
<b>SDH</b>	0	0	0	0	0	1	1	0
<b>SDHSAI</b>	0	1	0	0	0	1	0	1
<b>SDHSIR</b>	0	0	0	0	0	2	0	0

<sup>1</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como “Desenvolvimento Econômico”, sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da “Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e de Inovação”.

Órgão	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
SDHSJ	0	0	0	0	0	1	0	0
SDHSPM	0	0	0	0	0	1	0	0
SDU	3	38	19	9	1	5	14	48
SE	15	3	24	15	12	10	3	7
SEL	0	1	0	7	3	10	1	0
SEMA	0	9	6	4	2	19	5	11
SF	11	20	122	46	21	45	48	79
SF <sup>2</sup>	0	0	0	0	0	0	50	9
SF <sup>3</sup>	0	0	0	0	0	4	4	0
SGE	3	17	8	13	22	37	20	47
SGM	0	3	16	9	9	10	7	14
SGMSC	0	10	1	5	3	7	0	2
SH	2	22	12	3	6	6	7	2
SJ	1	7	6	8	3	1	2	9
SO	3	8	7	4	5	8	11	9
SR	2	0	4	4	0	4	0	1

<sup>2</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como “Finanças - SF”, sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da “Secretaria da Fazenda”.

<sup>3</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como “Finanças”, sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da “Secretaria da Fazenda”.



Órgão	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
SS	3	6	12	14	7	22	31	26
SSP	1	7	9	4	3	7	6	8
STMU	5	7	26	28	10	29	48	39
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>172</b>	<b>278</b>	<b>187</b>	<b>113</b>	<b>270</b>	<b>287</b>	<b>343</b>

Tabela 3 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## 2.2. Perfil de usuário do SIC

Para a realização de um pedido de informação através do sistema e-SIC, o solicitante realizará seu cadastro no sistema, onde deverão ser preenchidas informações que permitem traçar perfil de usuários do sistema.

Com base nos dados cadastrais, a seguir serão apresentados aspectos gerais de pessoas que fizeram solicitações de informações à Prefeitura Municipal de Guarulhos.

### 2.2.1. Pedidos por personalidade jurídica de solicitantes

Na realização de cadastro ao sistema e-SIC, o solicitante deverá preencher informação quanto a sua natureza jurídica, seja CPF ou CNPJ (física ou jurídica). No geral, considerando os anos de 2012 a 2019 foram realizados 1.676 pedidos de informação por pessoas físicas e 25 pedidos de informação por pessoas jurídicas.

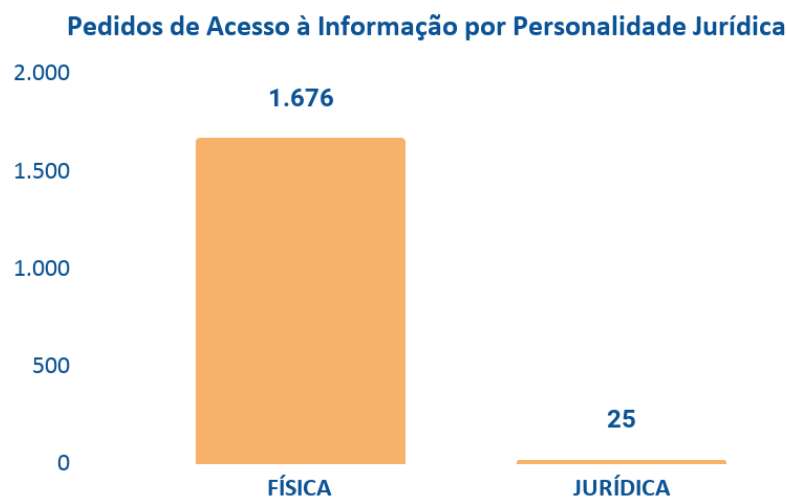


Gráfico 2 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## 2.2.2. Pedidos por gêneros dos solicitantes

O campo gênero no cadastro do sistema e-SIC se refere a uma gama de característica pertencente e diferenciada entre a masculinidade e a feminilidade e o solicitante deverá preencher a informação para a realização de um pedido. No geral, considerando os anos de 2012 a 2019 foram realizados 1.037 pedidos de informação por pessoas do sexo masculino e 664 pedidos de informação por pessoas do sexo feminino.

No entanto, nota-se a ausência de opções disponíveis no sistema e-SIC da Prefeitura de Guarulhos quanto à expressão de gênero, motivo pela qual impossibilita os requerentes de declararem as outras expressões.

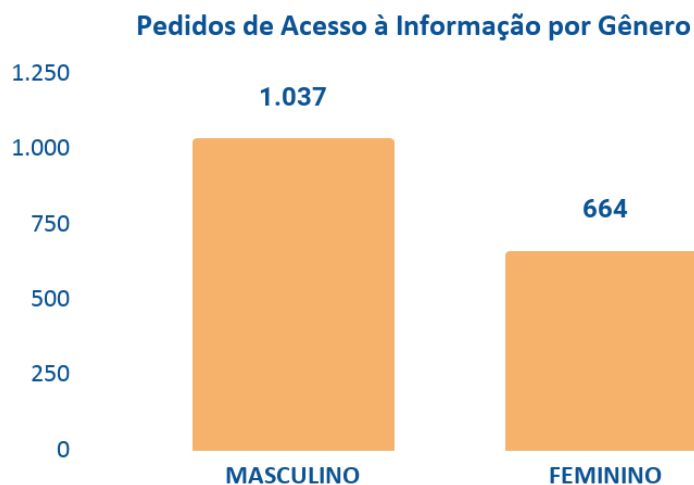


Gráfico 3 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

### 2.2.3. Pedidos por escolaridade dos solicitantes

O campo escolaridade no cadastro do sistema e-SIC se refere ao grau de cumprimento de um determinado ciclo de estudos e o solicitante deverá preencher a informação para a realização de um pedido. No geral, considerando os anos de 2012 a 2019 a maioria das pessoas que realizaram pedidos de informação foram o de ensino superior completo com 700 pedidos no total, seguido por superior incompleto com 351 pedidos no total e ensino médio com 319 pedidos no total. Abaixo estão relacionados todos os graus de escolaridade cadastrados no sistema no mesmo período.

Grau de Escolaridade	Total Pedidos
SUPERIOR COMPLETO	700
SUPERIOR INCOMPLETO	351
ENSINO MÉDIO COMPLETO	319
ESPECIALIZAÇÃO	164

Grau de Escolaridade	Total Pedidos
MESTRADO	62
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	37
ANALFABETO	20
DOCTORADO	17
ATÉ 4º INCOMPLETA DO ENSINO FUNDAMENTAL	12
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	9
DE 5º A 8º DO ENSINO COMPLETO	6
4º SÉRIE COMPLETA DO ENSINO FUNDAMENTAL	4
<b>Total</b>	<b>1.701</b>

Tabela 4 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## 2.2.4. Pedidos por cruzamento do perfil dos solicitantes - Escolaridade e gênero

No cruzamento de escolaridade por gênero, pode-se perceber que há uma proporcionalidade geral maior nos pedidos de acesso para as pessoas do sexo masculino com ensino superior completo, totalizando 414 solicitações e representando 59,1% da faixa de análise. No entanto, é importante destacar que o público feminino se torna proporcionalmente superior com mestrado, totalizando 32 solicitações e representando 51,6% da faixa de análise.

Escolaridade	Feminino	Masculino	Total
SUPERIOR COMPLETO	286	414	700
SUPERIOR INCOMPLETO	81	270	351
ENSINO MÉDIO COMPLETO	150	169	319
ESPECIALIZAÇÃO	51	113	164
MESTRADO	32	30	62
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	32	5	37
ANALFABETO	19	1	20
DOUTORADO	8	9	17
ATÉ 4º INCOMPLETA DO ENSINO FUNDAMENTAL	3	9	12
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	0	9	9
DE 5º A 8º DO ENSINO COMPLETO	2	4	6
4º SÉRIE COMPLETA DO ENSINO FUNDAMENTAL	0	4	4
<b>Total</b>	<b>664</b>	<b>1.037</b>	<b>1.701</b>

Tabela 5 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## 2.3. Estatísticas do e-SIC no ano de 2012

Entre o período de 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 foram registrados 51 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, onde 46 (90,2%) foram deferidos em suas análises.

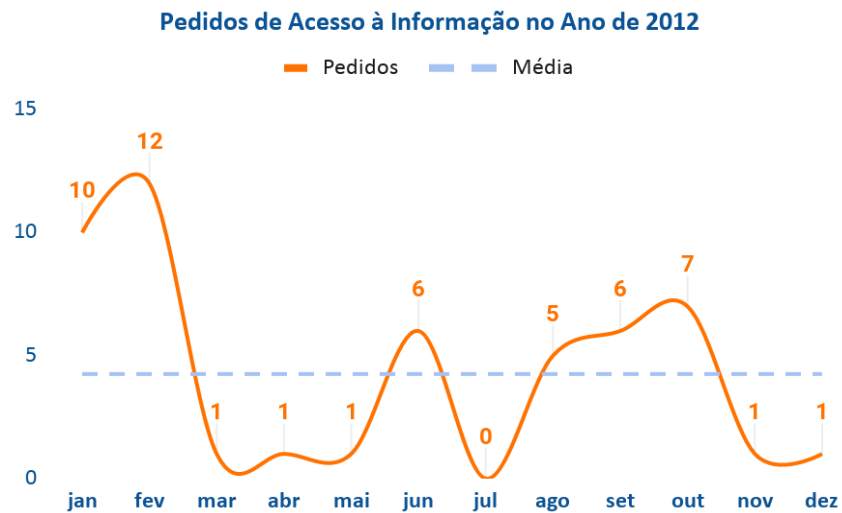


Gráfico 4 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

No ano de 2012 não houveram acionamentos as instâncias recursais de complemento e de questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
<b>2012</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

Tabela 6 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

### Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SE	0	8	0	0	0	4	0	0	2	1	0	0	15
SF	3	2	1	0	0	1	0	0	0	4	0	0	11
STMU	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	5
SO	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3
SS	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
SDU	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
SGE	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
SR	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
SH	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
SASP	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CG	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SSP	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SJ	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>51</b>

Tabela 7 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Nota-se que em 2012 a Secretaria da Educação - SE foi o órgão mais demandado, com 15 pedidos de acesso registrados do total de 51, o que representa 29,4% aproximadamente.

## 2.4. Estatísticas do e-SIC no ano de 2013

Entre o período de 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013 foram registrados 172 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, sendo um acréscimo de 70,3% em comparação ao ano de 2012, onde 139 (80,8%) foram deferidos em suas análises.

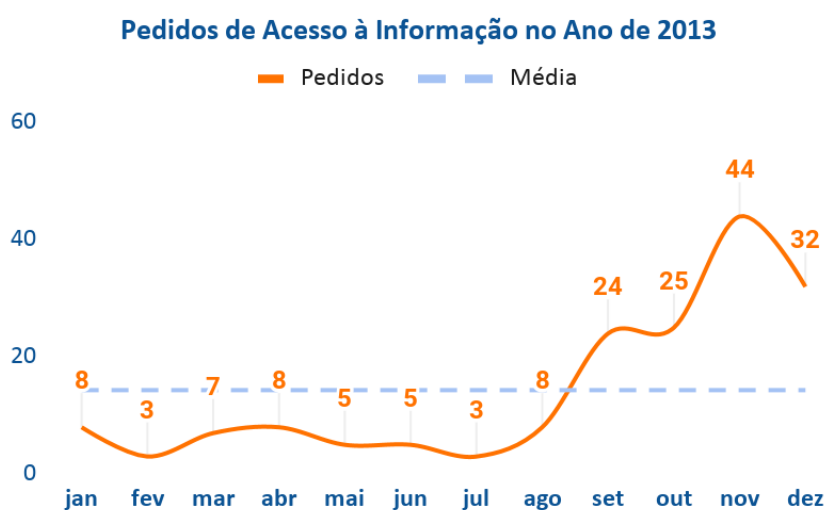


Gráfico 5 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

No ano de 2013 não houveram acionamentos as instâncias recursais de complemento e de questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
<b>2013</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

Tabela 8 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal



## Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SDU	0	0	0	3	0	0	2	0	4	11	0	18	38
SH	0	0	1	0	0	0	0	1	2	3	12	3	22
SF	2	2	2	1	1	0	1	2	3	3	2	1	20
SGE	0	0	0	0	4	2	0	1	4	1	1	4	17
SGMSC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	9	0	10
SEMA	1	0	1	1	0	0	0	0	1	3	0	2	9
SO	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5	1	8
SJ	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	6	0	7
SSP	5	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	7
STMU	0	0	0	1	0	1	0	1	2	0	0	2	7
SS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1	0	6
SDCETI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SE	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3
SC	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	3
SGM	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3
SDAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
SDCETI <sup>4</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
SEL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SDHSAI	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
DAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
COMPDEC	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>44</b>	<b>32</b>	<b>172</b>

Tabela 9 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Observa-se que, em 2013 a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU foi o órgão mais demandado, com 38 pedidos de acesso registrados do total de 172, o que representa 22,1% aproximadamente.

<sup>4</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como “Desenvolvimento Econômico”, sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da “Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e de Inovação”.

## 2.5. Estatísticas do e-SIC no ano de 2014

Entre o período de 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 foram registrados 278 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, sendo um acréscimo de 38,1% em comparação ao ano de 2013, onde 249 (89,6%) foram deferidos em suas análises.

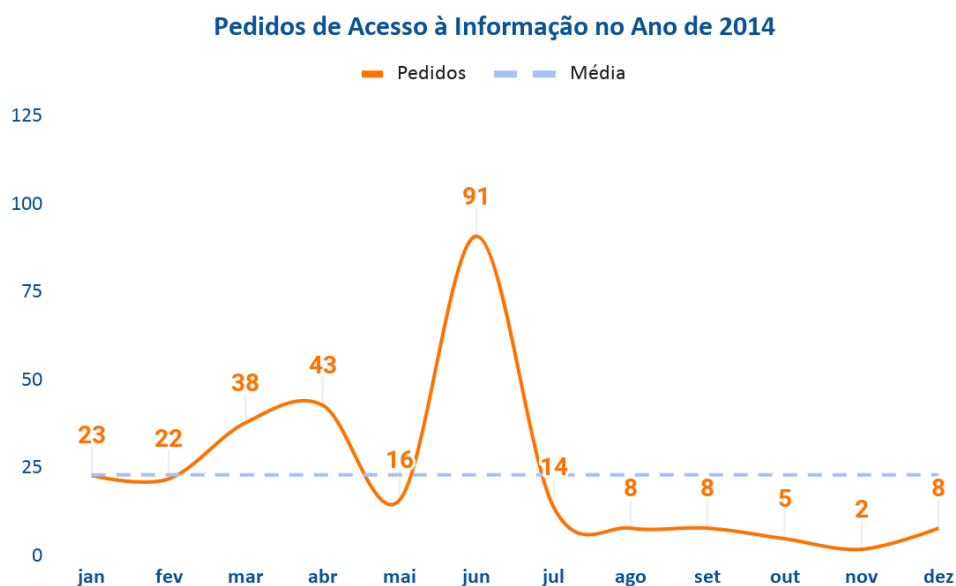


Gráfico 6 | Fonte: e-SIC Municipal

No ano de 2014 não houveram acionamentos as instâncias recursais de complemento e de questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
<b>2014</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

Tabela 10 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SF	10	3	2	3	3	88	4	7	0	1	0	1	122
STMU	3	0	10	3	3	0	1	0	0	1	0	5	26
SE	0	0	0	23	0	0	0	0	0	0	1	0	24
SDU	3	3	4	3	0	0	1	0	2	3	0	0	19
SGM	0	0	14	0	0	0	0	0	2	0	0	0	16
SS	0	1	2	0	4	2	3	0	0	0	0	0	12
SH	5	0	0	0	1	0	2	0	3	0	0	1	12
SSP	0	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
SGE	1	1	0	5	0	1	0	0	0	0	0	0	8
SO	0	2	2	2	0	0	0	0	1	0	0	0	7
SJ	0	0	3	1	1	0	1	0	0	0	0	0	6
SEMA	0	0	0	0	4	0	2	0	0	0	0	0	6
SR	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	4

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SASP	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
SGMSC	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
COMPDEC	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SC	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>38</b>	<b>43</b>	<b>16</b>	<b>91</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>278</b>

Tabela 11 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Em 2014 a Secretaria da Fazenda - SF foi o órgão mais demandado, com 122 pedidos de acesso registrados do total de 278, o que representa 43,8% aproximadamente.

## 2.6. Estatísticas do e-SIC no ano de 2015

Entre o período de 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 foram registrados 187 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, sendo um decréscimo de 48,7% em comparação ao ano de 2014, onde 185 (98,9%) foram deferidos em suas análises.

### Pedidos de Acesso à Informação no Ano de 2015

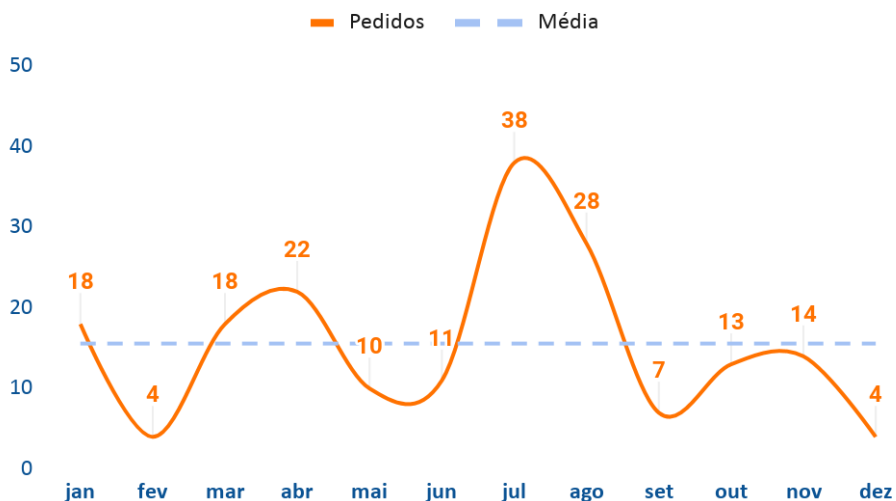


Gráfico 7 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

No ano de 2015 não houveram acionamentos as instâncias recursais de complemento e de questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
2015	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 12 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

### Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SF	7	2	6	3	2	3	9	4	2	5	2	1	46
STMU	1	0	1	6	0	1	1	12	2	0	3	1	28
SE	0	1	0	0	0	3	0	6	0	1	4	0	15
SS	0	0	0	4	0	0	8	1	0	0	1	0	14
SGE	4	0	1	0	0	0	3	3	1	0	0	1	13
SDU	0	1	2	2	0	0	3	0	1	0	0	0	9
SGM	1	0	4	0	0	0	3	0	0	1	0	0	9
SJ	1	0	0	1	1	1	2	0	0	2	0	0	8
SEL	0	0	0	1	4	0	0	2	0	0	0	0	7
SGMSC	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0	0	0	5
SEMA	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	4
SO	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0	4
SSP	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	4
SR	0	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	4
SDAS	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	4
SASP	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	3
SH	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
COMPDEC	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SC	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
CG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SDCETI	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SDCETI <sup>5</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>38</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>187</b>

Tabela 13 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Destaca-se que, em 2015 a Secretaria da Fazenda - SF foi o órgão mais demandado, com 46 pedidos de acesso registrados do total de 187, o que representa 24,6% aproximadamente.

## 2.7. Estatísticas do e-SIC no ano de 2016

Entre o período de 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram registrados 113 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, sendo um decréscimo de 65,5% em comparação ao ano de 2015, onde 108 (95,6%) foram deferidos em suas análises.

<sup>5</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como “Desenvolvimento Econômico”, sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da “Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e de Inovação”.



## Pedidos de Acesso à Informação no Ano de 2016

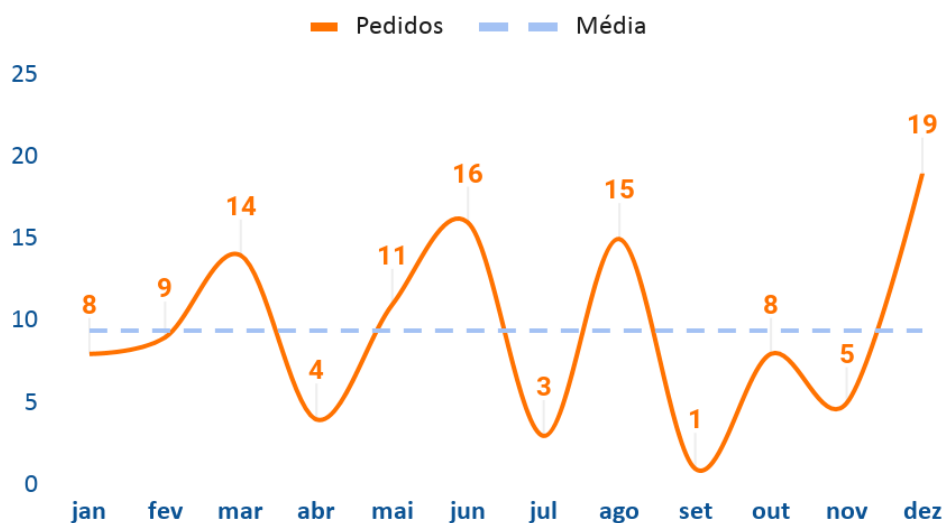


Gráfico 8 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

No ano de 2016 houveram 3 acionamentos as instâncias recursais, sendo 2 para complemento e 1 para questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
2016	2	0	0	1	0	0	3

Tabela 14 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SGE	0	5	3	0	1	4	0	6	1	0	0	2	22
SF	2	0	1	1	3	0	1	0	0	2	2	9	21
SE	1	1	3	0	0	1	0	4	0	0	0	2	12
STMU	1	1	2	0	3	2	0	0	0	1	0	0	10
SGM	0	0	0	2	0	4	1	1	0	0	0	1	9
SS	1	2	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	7
SH	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	4	6
SO	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	5
CG	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	3
SSP	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	3
SGMSC	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
SEL	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
SJ	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3
SEMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
SASP	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
SDU	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
COMPDEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>113</b>

Tabela 15 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Conforme a tabela, em 2016 a Secretaria da Gestão - SGE foi o órgão mais demandado, com 22 pedidos de acesso registrados do total de 113, o que representa 19,4% aproximadamente.

## 2.8. Estatísticas do e-SIC no ano de 2017

Entre o período de 01 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017 foram registrados 270 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, sendo um acréscimo de 58,1% em comparação ao ano de 2016, onde 267 (98,9%) foram deferidos em suas análises.

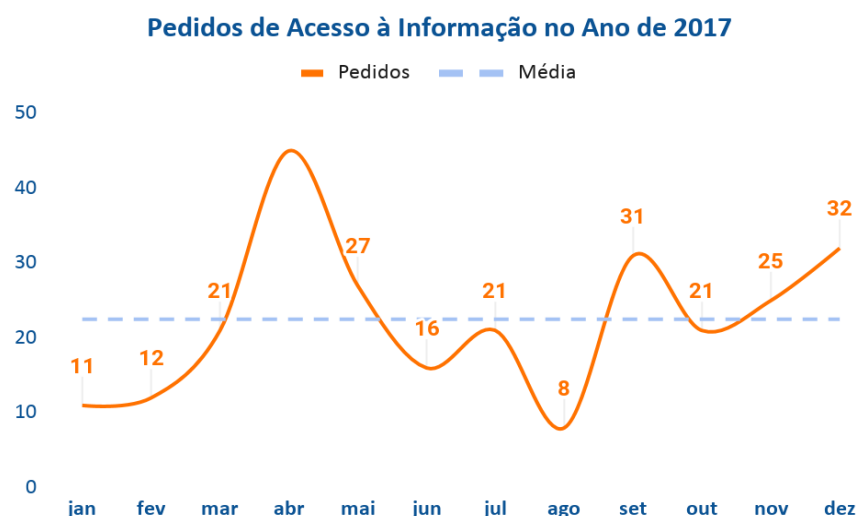


Gráfico 9 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

No ano de 2017 houveram 2 acionamentos as instâncias recursais, sendo 1 para complemento e 1 para questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
2017	1	0	0	0	0	1	2

Tabela 16 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

## Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SF	3	1	3	5	2	5	2	3	3	4	7	7	45
SGE	4	3	6	6	2	5	2	0	3	1	4	1	37
STMU	1	1	1	2	2	2	0	3	0	6	6	5	29
SS	0	0	1	1	13	0	5	0	1	0	1	0	22
SEMA	0	1	1	4	0	0	2	0	8	2	1	0	19
SDCETI	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	10	13
SGM	1	0	0	1	1	0	0	0	5	1	1	0	10
SE	0	1	2	2	0	0	1	0	1	1	1	1	10
SEL	0	0	1	0	0	0	7	0	1	1	0	0	10
CGM	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	3	8
SO	0	0	1	5	0	0	1	0	0	0	1	0	8
SGMSC	0	0	0	5	1	0	1	0	0	0	0	0	7

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SSP	1	0	1	0	2	2	0	0	0	1	0	0	7
SH	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	6
SDCETI <sup>6</sup>	0	3	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	6
SDU	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	5
SR	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0	0	0	4
SF <sup>7</sup>	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	4
SASP	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3
SC	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
DAL	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
COMPDEC	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
SDHSIR	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
SDH	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SJ	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SDHSPM	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SDHSJ	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

<sup>6</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como “Desenvolvimento Econômico”, sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da “Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e de Inovação”.

<sup>7</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como “Finanças”, sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da “Secretaria da Fazenda”.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SDAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SDHSAI	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
FSS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>45</b>	<b>27</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>31</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>32</b>	<b>270</b>

Tabela 17 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Em 2017 a Secretaria da Fazenda - SF volta a ser o órgão mais demandado, com 49 pedidos de acesso registrados do total de 270, o que representa 18,1% aproximadamente.

## 2.9. Estatísticas do e-SIC no ano de 2018

Entre o período de 01 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 foram registrados 287 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, sendo um acréscimo de 5,9% em comparação ao ano de 2017, onde 287 (100,0%) foram deferidos em suas análises.

### Pedidos de Acesso à Informação no Ano de 2018

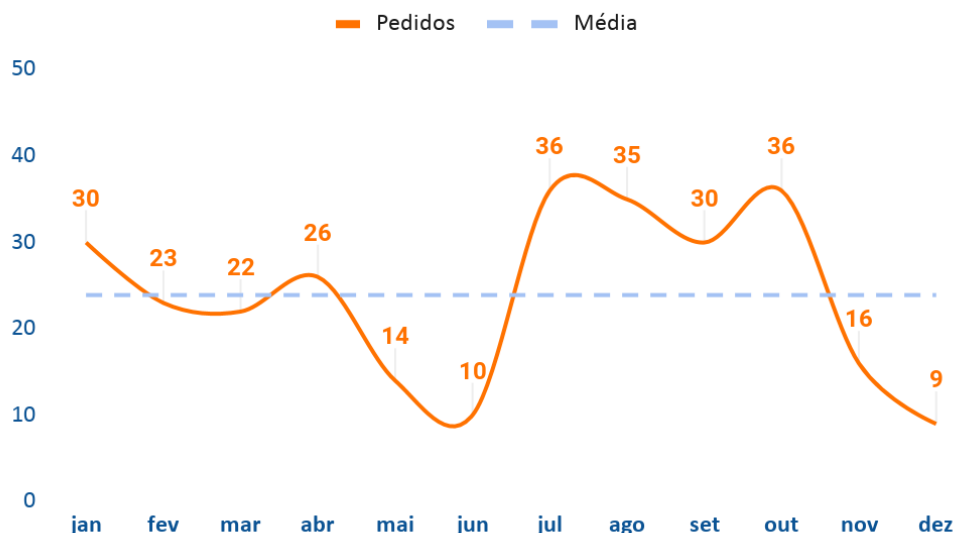


Gráfico 10 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

No ano de 2018 houveram 2 acionamentos as instâncias recursais, sendo 1 para complemento e 1 para questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
2018	1	1	0	0	0	0	2

Tabela 18 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

### Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SF <sup>8</sup>	0	0	1	3	0	0	5	1	19	19	2	0	50
STMU	9	4	3	5	3	0	8	10	1	2	1	2	48
SF	11	2	7	2	5	0	4	4	3	5	2	3	48
SS	3	0	1	2	3	3	4	1	3	4	6	1	31
SGE	1	2	1	1	0	1	3	6	1	1	2	1	20
SDU	1	4	0	3	1	0	1	3	0	0	1	0	14
SO	1	0	2	3	2	0	0	0	1	0	0	2	11
CGM	0	4	0	1	0	1	1	0	1	2	1	0	11
CG	0	2	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7
SGM	0	0	0	0	0	2	1	2	0	2	0	0	7
SH	0	1	1	1	0	1	1	2	0	0	0	0	7
SSP	2	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	6
SEMA	0	0	0	1	0	0	2	1	1	0	0	0	5
SF <sup>9</sup>	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	4
SE	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
SASP	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	3

<sup>8</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como "Finanças - SF", sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da "Secretaria da Fazenda".

<sup>9</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como "Finanças", sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da "Secretaria da Fazenda".



Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SDCETI	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3
SDAS	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3
COMPDEC	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
SJ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
SEL	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SDH	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>36</b>	<b>35</b>	<b>30</b>	<b>36</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>287</b>

Tabela 18 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Destaque para a Secretaria da Fazenda - SF em 2018 que foi o órgão mais demandado, com 102 pedidos de acesso registrados do total de 287, o que representa 35,5% aproximadamente.

## 2.10. Estatísticas do e-SIC no ano de 2019

Entre o período de 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019 foram registrados 343 pedidos de acesso à informação através do e-SIC municipal, sendo um acréscimo de 16,3% em comparação ao ano de 2018, onde 340 (99,1%) foram deferidos em suas análises.

### Pedidos de Acesso à Informação no Ano de 2019

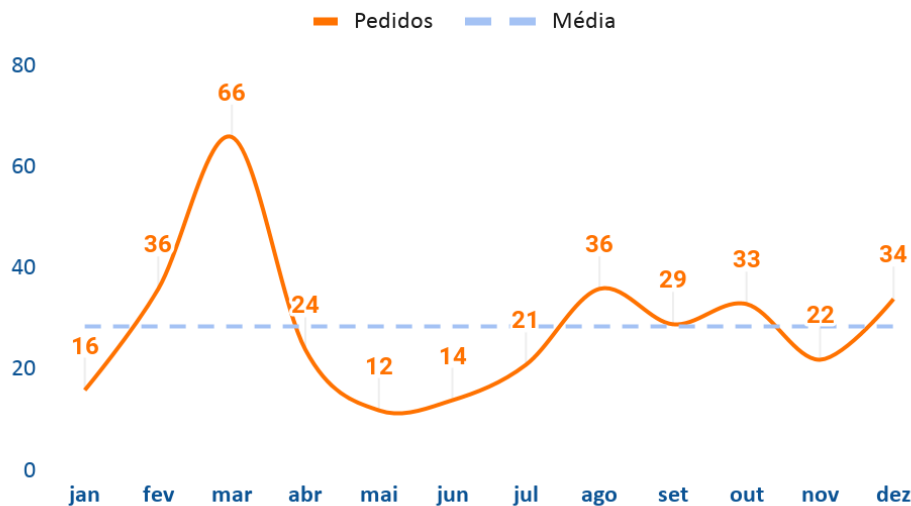


Gráfico 11 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

No ano de 2019 não houveram acionamentos as instâncias recursais de complemento e de questionamento de resposta.

Ano	Recurso 1ª Compl	Recurso 1ª Quest	Recurso 2ª Compl	Recurso 2ª Quest	Recurso 3ª Compl	Recurso 3ª Quest	Total de Recursos
2019	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 19 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

### Pedidos por Órgão

Ao registrar um pedido de informação o solicitante seleciona o órgão a qual se refere o seu pedido. Abaixo são apresentadas a quantidade de pedidos realizados por órgão da Administração Municipal no ano, sendo ordenado em linha por órgão e em coluna por mês. Para efeito de disponibilização da informação, serão indicados apenas as siglas de cada órgão ou seu nome reduzido.

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SF	3	8	14	6	3	7	3	6	11	8	4	6	79
SDU	0	1	33	1	0	2	0	9	1	1	0	0	48
SGE	3	7	5	6	3	0	4	3	3	8	2	3	47
STMU	1	5	1	3	1	1	2	4	5	4	4	8	39
SS	2	0	1	2	0	2	3	1	2	5	4	4	26
SASP	0	4	1	0	2	1	2	3	0	1	0	1	15
SGM	3	6	0	0	0	0	0	2	0	0	1	2	14
SEMA	1	0	0	1	1	0	1	1	0	1	2	3	11
SO	1	0	1	1	0	0	1	3	0	1	0	1	9
SF <sup>10</sup>	2	2	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	9
SJ	0	2	0	0	1	0	0	0	2	1	2	1	9
SSP	0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	0	0	8
CGM	0	1	2	1	0	0	0	1	0	1	0	1	7
SE	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	2	7
COMPDEC	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	4
SC	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2

<sup>10</sup> No sistema e-SIC o órgão estava cadastrado como "Finanças - SF", sendo inativado para prosseguir os pedidos na opção da "Secretaria da Fazenda".

Órgão	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SH	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
SGMSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
SR	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
DAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SDAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
SDHSAI	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CG	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>36</b>	<b>66</b>	<b>24</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>21</b>	<b>36</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>22</b>	<b>34</b>	<b>343</b>

Tabela 20 | Fonte: Sistema e-SIC Municipal

Observa-se que em 2019 a Secretaria da Fazenda - SF continua a ser o órgão mais demandado, com 88 pedidos de acesso registrados do total de 343, o que representa 25,6% aproximadamente.

### 3. Informações Classificadas e Desclassificadas

A Lei de Acesso à Informação trouxe em seu texto a possibilidade de classificação das informações. O artigo 30 do Decreto Municipal, que regulamenta a LAI no âmbito do Poder Executivo Municipal, dispõe que: "são passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado".

As informações devem ser classificadas como "reservada", "secreta" e "ultrassecreta" e seus prazos máximos de restrição ao acesso das informações são de

5, 15 e 25 anos, respectivamente.

O inciso I do artigo 47 do Decreto Municipal, trata da publicação com data limite anual em 1º de agosto para apresentação do rol das informações classificadas.

Cabe ressaltar que, entre o período de 2012 e 2019, não foram apresentadas quaisquer informações para classificação, conseqüentemente não possuindo informações neste Poder Executivo Municipal para desclassificação.

É importante destacar que algumas informações não necessitam de classificação, dentre elas, as informações pessoais (art. 6º, inciso III da Lei nº 12.527/2011) e outras já protegidas em legislações nas suas hipóteses de sigilo fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça. Também, são assegurados os documentos preparatórios (art. 23 do Decreto nº 36.140/2019).

Ainda, é relevante o disposto no art. 49 do Decreto nº 36.140/2019, que define a Comissão de Acesso à Informação na Prefeitura de Guarulhos como competente para classificar as informações por meio de Termo de Classificação.

## **4. Comissão de Acesso à Informação - CAI**

A Comissão de Acesso à Informação - CAI está prevista no art. 48 do Decreto Municipal nº 36.140/2019, sendo constituída pelos representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Governo, Secretaria de Justiça, Controladoria Geral do Município, Secretaria de Gestão e Secretaria de Direitos Humanos.

A CAI possui algumas atribuições definidas no art. 49, tais como: classificar as informações em qualquer grau de sigilo, por meio de Termo de Classificação, rever, de ofício ou mediante provocação; a classificação de informação no grau ultrassecreto, secreto ou sua reavaliação, no máximo a cada 04 (quatro) anos; apresentar relatório anual ao Prefeito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação; e decidir os recursos a ela endereçados, encerrando a instância administrativa.

No ano de 2019 a Comissão se reuniu pela primeira vez com o objetivo de votar para o seu primeiro Presidente e para constituir seu Regimento, necessários às atividades da Secretaria Executiva que foi inicialmente definida no Decreto da LAI no município como de responsabilidade da Secretaria de Gestão.

Na reunião ocorrida em novembro de 2019, ocorreu a aprovação do regimento e com unanimidade de votos, o Secretário da Justiça foi eleito Presidente para exercer a função por 12 (doze) meses, conforme disposto no art. 21 do Regimento Interno da CAI.

A Secretaria Executiva tem a função de auxiliar as atividades atribuídas à Comissão de Acesso à Informação e seus materiais produzidos poderão ser consultados no endereço web: <<https://www.guarulhos.sp.gov.br/secretaria-executiva-cai>>.

## **5. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação**

A Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação ocorreu por iniciativa do Departamento de Controle Interno, pertencente à Secretaria de Governo Municipal, que à época no ano de 2013 era responsável pelo sistema e-SIC.

O evento que reuniu 63 agentes públicos das unidades da Prefeitura de Guarulhos no mesmo ano em que ocorreu, formalizou a criação da Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação.

Os servidores públicos que pertencem à Rede de Acesso possuem atribuições em comprometimento com a execução das tarefas da transparência que decorrem da LAI e do Decreto que a regulamenta no município, quais sejam: verificar os pedidos de acesso à informação recebidos em seus respectivos órgãos, acompanhar o prazo para as respostas, trabalhar de forma integrada para centralizar as informações em suas unidades internas, dentre outras funções para o exercício das boas práticas em transparência.

A Controladoria Geral do Município, por meio do Departamento de Transparência e Promoção da Integridade, desde 2017 quando da sua criação, assumiu integralmente

as funções da transparência ativa e passiva, de modo que em 2019 efetuou a última atualização dos servidores que participam das capacitações ofertadas e compreendem atualmente 57 agentes públicos.

Unidade	2013	2019
Controladoria Geral do Município	0	3
Coordenadoria da Juventude	1	0
Coordenadoria de Assuntos Aeroportuários	2	0
Coordenadoria de Defesa Civil	2	2
Coordenadoria de Igualdade Racial	2	0
Coordenadoria de Políticas para Mulheres	2	0
Coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida	2	0
Coordenadoria de Relações Federativas	2	0
Coordenadoria de Relações Internacionais	1	0
Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade	2	0
Fácil Cidadão	2	0
Procuradoria Geral do Município	0	0
Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)	0	1
Secretaria da Saúde	2	2
Secretaria de Administração e Modernização	3	2
Secretaria de Assunto Jurídicos	2	2
Secretaria de Assuntos de Segurança Pública	2	2
Secretaria de Assuntos Legislativos	1	0
Secretaria de Chefia de Gabinete	0	2
Secretaria de Comunicação	2	3
Secretaria de Cultura	4	2

Unidade	2013	2019
Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e Cidadania	2	2
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1	2
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	2	2
Secretaria de Direitos Humanos	0	4
Secretaria de Educação	1	6
Secretaria de Esporte Recreação e Lazer	1	2
Secretaria de Finanças	3	2
Secretaria de Governo	2	2
Secretaria de Habitação	8	2
Secretaria de Meio Ambiente	2	2
Secretaria de Obras	2	2
Secretaria de Serviços Públicos	2	2
Secretaria de Transporte e Trânsito	1	4
Secretaria do Trabalho	2	2
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>57</b>

Tabela 21 | Fonte: Controle do DCI e do DTPI

Cabe destacar que, desde a criação da Rede de Acesso, algumas unidades foram integradas às suas respectivas Secretarias de acordo com as suas atribuições, o que justifica a quantidade de 2019 inferior comparada a 2013.

Além disso, o Departamento de Transparência e Promoção da Integridade auxilia os agentes públicos em eventuais dúvidas de forma a prestar orientações gerais de acordo com o Decreto nº 36.140/2019.

Ainda, para ampliar a Rede de Acesso e suas atividades, tem-se o projeto de texto legal em elaboração pelo Departamento de Transparência e Promoção da Integridade, para formalizar a sua instituição e servir de apoio aos agentes que a compõe.



## 6. Capacitações, Debates Realizados e Participação em Eventos

No ano de 2013, ocorreu a primeira capacitação para os Agentes de Informação, sendo que nos anos seguintes os cursos com a temática da Lei de Acesso à Informação estavam voltados para a Gestão da Informação e eram direcionados aos servidores públicos municipais, sendo que em 2019, com a publicação do novo Decreto da LAI é que os cursos foram redimensionados.

Em 2019 foram realizados 3 eventos separados por temática, sendo estes mais específicos quanto ao público alvo, tendo por objetivo atingir os servidores públicos e também a sociedade.

O curso da LAI trouxe para os servidores o conceito histórico, as legislações com suas atribuições e prazos, principalmente as alterações do Decreto Municipal que regulamenta a LAI, além das boas práticas para as respostas das solicitações de acesso, de forma a permitir aos participantes os debates e os esclarecimentos das dúvidas rotineiras no atendimento aos pedidos de informação.

Também, foi elaborado o curso de Governo Aberto, aplicado aos servidores públicos do município para sensibilização do conceito e conhecimento das práticas da transparência em âmbito mundial nos países pertencentes à Open Government Partnership - OGP (Parceiros de Governo Aberto)<sup>11</sup>, bem como no âmbito sublocal, com apresentação dos eixos e as ações no município de São Paulo.

A OGP possui metodologia de trabalho que reúne a sociedade e o governo para de forma conjunta e democrática promover as ações na temática da transparência,

---

<sup>11</sup> A Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership) também conhecida como OGP é uma iniciativa internacional criada no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, tendo como líderes Brasil e Estados Unidos.

participação social e tecnologia, possibilitando a prevenção da corrupção pelo controle social e a criação de mecanismos para fortalecer a gestão pública.

Em 2019, ocorreu uma apresentação geral para a alta administração com as atividades do Departamento de Transparência e Promoção da Integridade, com a oportunidade no momento para a citação da importância da Lei de Acesso à Informação.

Ainda, foi realizado o curso de Controle Social que é voltado para a sociedade civil, nesse evento tem-se o foco nas atividades de combate preventivo à corrupção pela sociedade. São fornecidas as informações das legislações de transparência e como utilizar os dados públicos disponibilizados para o efetivo controle da sociedade por meio dos canais de comunicação com a Prefeitura de Guarulhos.

A CGM estuda outra forma de capacitação pelo sistema EAD (Ensino à Distância), a ideia é atingir o maior número de participantes de acordo com o público alvo em suas temáticas e manter um material permanente e atualizado para consultas e referência.

### **Cursos Realizados pelo DTPI em 2019**

<b>Data</b>	<b>Curso</b>	<b>Público Presente</b>
31/10/2019	Transparência e Lei de Acesso à Informação	54
27/11/2019	Governo Aberto	19
28/11/2019	LAI e o Controle Social na Gestão Pública	24

Tabela 22 | Fonte: Folhas de frequência do DTPI

Ademais foi no ano de 2018 que a CGM participou do III Encontro Nacional de Governo Aberto realizado em dezembro, no Centro Cultural Banco do Brasil, na cidade de São Paulo, além de participar de outros eventos em 2019 com o objetivo aprimorar a qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos, dentre eles, as reuniões de alinhamento de ações com a Controladoria Geral da União - CGU para o Programa PACTO, que

estabeleceu a implementação de legislações e atividades no eixo da Integridade Pública, a exemplo, o novo Decreto Municipal da LAI, o Decreto do Código de Conduta e Ética dos Funcionários Públicos e do Decreto de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas.

Outras participações ocorreram em eventos da Divisão de Auditoria Eletrônica de São Paulo - AUDESP, unidade vinculada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP e da participação na elaboração de ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA 2019, bem como dos encontros da Rede Paulista de Controladorias - REPAC.

## 7. Observações Finais

A Lei de Acesso à Informação ainda traz muitos desafios para a sua aplicação desde a sua vigência, seja para a sociedade ou para a Administração Pública, novas descobertas benéficas surgem diariamente durante a implementação de seus conceitos de transparência governamental.

Nesse sentido, os procedimentos e mecanismos existentes estão sempre carentes e necessitam de constantes atualizações. No que diz respeito à transparência passiva, existe a necessidade de implementar melhorias, principalmente quanto aos recursos e ajustes para tornar mais intuitiva sua utilização, bem como outros ajustes relacionados ao cadastro dos requerentes, por exemplo, a expressão de gênero.

Também, é necessário que o sistema e-SIC tenha meios mais eficientes de extração de dados para que a transparência sobre a transparência seja realizada, ou seja, a disponibilização dos pedidos de acesso para a própria sociedade, permitindo inclusive que o fluxo de informações na administração pública seja conhecido.

Em relação à transparência ativa, existe a necessidade de inovar o Portal de Transparência, que não conta com grandes alterações desde a sua criação, sendo necessário ampliar seu conteúdo com mais dados em formatos abertos e legíveis por máquinas.

Além disso, a Controladoria está em constante análise das solicitações efetuadas pelo controle externo para que mais informações sejam disponibilizadas com o uso das ferramentas tecnológicas existentes e outras que venham a ser desenvolvidas, aprimorando ainda mais o controle social e o fortalecimento da gestão pública no combate à corrupção.

No que diz respeito às capacitações de servidores públicos e da sociedade civil, estuda-se a elaboração e a aplicação de cursos à distância (EAD), sem deixar de dar continuidade aos cursos presenciais que ainda são de extrema relevância para a inclusão social e digital.

Para expandir a LAI no município de Guarulhos, principalmente quanto ao direito de acesso à informação para a sociedade civil, existe a possibilidade da realização de parcerias com outros entes governamentais e entidades privadas. As informações dos perfis dos solicitantes de pedidos de acesso à informação, bem como a análise de temas dos pedidos realizados, permitem refletir em diferentes níveis a elaboração de cursos com conteúdos específicos para os diversos públicos.

Por fim, a realização de eventos com a sociedade e os conselhos se faz necessária para que ocorra a aproximação do Estado com a população, uma vez que tem em seu dever a garantia de direitos, em especial, à qualidade de vida. Dessa forma, busca-se permitir maior interesse do controle social na elaboração e execução das políticas públicas, fazendo valer a aplicação prática dos conceitos da democracia.

## 8. Referências

Constituição Federal	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>
Lei de Acesso à Informação 12.527/2011	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm</a>
Lei Complementar 131/2009	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm</a>
Decreto da LAI 31.348/2013	<a href="https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_2013/31348decr.pdf">https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_2013/31348decr.pdf</a>
Decreto do Código de Ética 35.459/2019	<a href="https://www.guarulhos.sp.gov.br/uploads/pdf/906969852.pdf">https://www.guarulhos.sp.gov.br/uploads/pdf/906969852.pdf</a>
Decreto da Lei Anticorrupção 35.460/2019	<a href="https://www.guarulhos.sp.gov.br/uploads/pdf/906969852.pdf">https://www.guarulhos.sp.gov.br/uploads/pdf/906969852.pdf</a>
Decreto da LAI 36.140/2019	<a href="https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_2019/36140decr.pdf">https://www.guarulhos.sp.gov.br/06_prefeitura/leis/decretos_2019/36140decr.pdf</a>
e-SIC Municipal	<a href="http://portaltransparencia.guarulhos.sp.gov.br/acesso-a-informacao/bem-vindo-ao-sic">http://portaltransparencia.guarulhos.sp.gov.br/acesso-a-informacao/bem-vindo-ao-sic</a>
Portal da Transparência	<a href="http://portaltransparencia.guarulhos.sp.gov.br/">http://portaltransparencia.guarulhos.sp.gov.br/</a>
Portal de Guarulhos	<a href="https://www.guarulhos.sp.gov.br/">https://www.guarulhos.sp.gov.br/</a>

## Equipe da Controladoria Geral do Município

### Gabinete da Controladoria

Antonio Washington Figueredo de Sousa

Cristiano Carvalho de Sá

Igor Said Mourad Naddi

João Bruno Morato Macedo

José Raildo dos Santos

Sonia Marlene Lopes Martins

### Departamento de Transparência e Promoção da Integridade

Carlos Alberto da Conceição

Edson Ferreira Vale

Marcos Santos de Resende

Natanael Casagrande

Nilton Perrone Finco Junior

Olavo de Azevedo Hashimoto

Osni de Oliveira Lima

Renato Corte Lopes

Tiago Kroitor Pereira

### Departamento de Controle Interno

Alexandre Pimentel Sales

Altair Henriques dos Santos

André Vicente da Silva

Bianca Toledo Piza Oliveira

Emanuel Francisco Roque de Toledo

Everton Bezerra da Silva

Jairo Costa dos Santos

Larissa Aleixo de Andrade

Livia Helena Carvalho Gios

Marli Aparecida Nabas Lopes

Rodrigo Souza Santos

Sergio Gomes de Azevedo

Valderes Oliveira dos Santos

### Ouvidoria Geral do Município

Cecilia Cristiane Frazão Martinez

Ivo Shigueru Tomita

Judite José da Silveira

Leonardo Lopes Pereira

Priscila Martins Rodrigues Leme

Tania Marcia da Silva



**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Prefeitura Municipal de Guarulhos**